



MARIA GIANNI DE ANDRADE

INSTITUIÇÃO MARIA GIANNI DE ANDRADE

Fundada em 14 de novembro de 2.000
Av Nelson Marcelino da Silva, 895 – Jardim São Gabriel
Pitangueiras SP - CEP 14.750-000
CNPJ/MF. 04.165.305/0001-04
Lei de Utilidade Pública Municipal nº 2.064 de 06/12/2000
Tel/Fax : (16) 3952 3938
Site: instituicaomga.com

PROJETO - 2024 SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL EMENDA IMPOSITIVA VEREADORES ANO 2023/REPASSE 2024

Valor do repasse total **R\$ 93.947,78**
TOTAL R\$ 80.067,78 Investimento/Auxílio
TOTAL R\$ 13.880,00 Custeio/Subvenção

ANO 2023/2024.



MARIA GIANNI DE ANDRADE

INSTITUIÇÃO MARIA GIANNI DE ANDRADE

Fundada em 14 de novembro de 2.000

Av Nelson Marcelino da Silva, 895 – Jardim São Gabriel

Pitangueiras SP - CEP 14.750-000

CNPJ/MF. 04.165.305/0001-04

Lei de Utilidade Pública Municipal nº 2.064 de 06/12/2000

Tel/Fax : (16) 3952 3938

Site: instituicaomga.com

Sumário

1. Da Instituição Social	3
2. Finalidade estatutária do projeto	3
3. Objetivos gerais	3
4. Área de atuação/período de funcionamento/capacidade de atendimento	4
5. Abrangência territorial:	4
6. Infraestrutura	4
7. Metodologia de trabalho	5
8. Investimento – Recurso Ano 2024	5
9. Recursos materiais necessários	6
10. Recursos Humanos	8
11. Execução da Proposta	8
Missão	9
Visão	9
Valores	9



MARIA GIANNI DE ANDRADE

INSTITUIÇÃO MARIA GIANNI DE ANDRADE

Fundada em 14 de novembro de 2.000
Av Nelson Marcelino da Silva, 895 – Jardim São Gabriel
Pitangueiras SP - CEP 14.750-000
CNPJ/MF. 04.165.305/0001-04
Lei de Utilidade Pública Municipal nº 2.064 de 06/12/2000
Tel/Fax : (16) 3952 3938
Site: instituicaomga.com

1. Da Instituição Social

Organização Sociedade Civil: Instituição Maria Gianni de Andrade
Endereço: Av Nelson Marcelino da Silva, 895
Jardim São Gabriel
Pitangueiras-SP
CEP: 14.750.000

Do Representante Legal
Nome: Sandra Carolina Romero de Andrade
Telefone: 16. 39523938

Coordenação do Projeto Social
Nome: Thais Helena Favareto Caldeira
Cress: 33.943
Carga horária: 40 horas semanais

2. Finalidade estatutária do projeto

“A Instituição Maria Gianni de Andrade objetivará primordialmente o desenvolvimento integral dos adolescentes assistidos através de suas atividades voltadas para a orientação social, cultural e esportiva”.

3. Objetivos gerais

A Instituição atua na Proteção Social Básica e tem por objetivo primordial o desenvolvimento integral dos adolescentes através da orientação social, cultural e esportiva.

O plano de ação e seu respectivo planejamento mensal, semestral e anual são construídos coletivamente e predominantemente estão pautados nas referências sugeridas pelo MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e dos materiais pesquisados e elaborados por sua equipe multidisciplinar.

A convivência e a participação despertam para a formação integral, a acolhida, o convívio social, familiar e comunitária e o desenvolvimento da autonomia dos adolescentes atendidos.



MARIA GIANNI DE ANDRADE

INSTITUIÇÃO MARIA GIANNI DE ANDRADE

Fundada em 14 de novembro de 2.000
Av Nelson Marcelino da Silva, 895 – Jardim São Gabriel
Pitangueiras SP - CEP 14.750-000
CNPJ/MF. 04.165.305/0001-04
Lei de Utilidade Pública Municipal nº 2.064 de 06/12/2000
Tel/Fax : (16) 3952 3938
Site: instituicaomga.com

4. Área de atuação/período de funcionamento/capacidade de atendimento.

São atendidos o limite de 120 adolescentes, na faixa etária de 12 à 18 anos de idade, de ambos os sexos, no período adverso ao escolar, de segunda à sexta-feira (7 h30 às 11 h50- /12h50 às 16h50).

5. Abrangência territorial:-

O preenchimento das vagas acontece a partir dos encaminhamentos recebidos da rede sócio assistencial- Cras, busca espontânea do adolescente/família e também a busca ativa que é feita pelo Serviço Social Institucional.

A Lista de interesse (lista de espera) é um procedimento interno que respeita a ordem de procura concomitantemente com a faixa etária e período que existe a vaga no projeto.

Os adolescentes atendidos residentes predominantemente em bairros afastados e desprovidos de equipamentos sociais que permitam o preenchimento do tempo no horário contra turno ao escolar.

6. Infraestrutura

O espaço físico é amplo e adequado para o atendimento dos 120 (cento e vinte) adolescentes.

A simultaneidade das atividades e oficinas existentes permite que todas as turmas sejam contempladas por toda a programação socioeducativa durante a semana.

Os adolescentes maiores de 14 anos participam de oficinas de orientação para o mundo do trabalho.

A grade de atividades é afixada nas salas e ambientes coletivos identificando horários e salas. Assim, as turmas circulam e vivenciam o aprendizado em todos os ambientes.

Vide plano de trabalho anual para conhecimento da proposta de trabalho.



MARIA GIANNI DE ANDRADE

INSTITUIÇÃO MARIA GIANNI DE ANDRADE

Fundada em 14 de novembro de 2.000
Av Nelson Marcelino da Silva, 895 – Jardim São Gabriel
Pitangueiras SP - CEP 14.750-000
CNPJ/MF. 04.165.305/0001-04
Lei de Utilidade Pública Municipal nº 2.064 de 06/12/2000
Tel/Fax : (16) 3952 3938
Site: instituicaomga.com

7. Metodologia de trabalho

Os temas que fundamentam as atividades que serão realizadas de maneira a alcançar os objetivos do serviço de Fortalecimento e convivência são:

- Direitos Humanos;
- Saúde;
- Meio Ambiente;
- Cultura;
- Esporte e Lazer;
- Mundo do Trabalho.

Há ainda espaço para as atividades lúdicas como: jogos e brincadeiras, teatro, culinária, artesanato, etc.

Essas oficinas acontecem em concordância com as temáticas não configurando um espaço separado, mas um trabalho articulado com o enfoque dos eixos norteadores do serviço.

E assim, os eixos, os temas transversais e as oficinas lúdicas contribuem simultaneamente para a formação integral dos adolescentes fortalecendo sua autonomia e protagonismo.

8. Investimento – Recurso Ano 2024:

Considerando que a convivência e o aprendizado quando ocorridos em ambientes agradáveis, modernos e inovadores, saudáveis, apropriados e seguros proporcionam a melhor participação, assimilação, frequência e sentimento de pertença, a proposta é:

- Complementar materiais existentes nas oficinas/atividades de robótica
- Adquirir kits pessoais para os adolescentes levarem para casa (exemplo travesseiro, pensando a qualidade do sono na adolescência);
- Complementar os equipamentos de informática com monitores de computadores, com sua respectiva mesa e carrinho para cpu;
- Adquirir tvs para reprodução das imagens das câmeras de segurança;
- Adquirir fones de ouvido de qualidade para 5 pcs na sala de leitura;
- Adquirir armário de apoio para materiais lúdicos de apoio aos horários de intervalo na quadra ou mesmo em uma sala de apoio;
- Adquirir bolas e raquetes para esporte;
- Adquirir caixas organizadoras para os kits de robótica existentes;
- Adquirir jogos de uno, dominó e dama;



MARIA GIANNI DE ANDRADE

INSTITUIÇÃO MARIA GIANNI DE ANDRADE

Fundada em 14 de novembro de 2.000

Av Nelson Marcelino da Silva, 895 – Jardim São Gabriel

Pitangueiras SP - CEP 14.750-000

CNPJ/MF. 04.165.305/0001-04

Lei de Utilidade Pública Municipal nº 2.064 de 06/12/2000

Tel/Fax : (16) 3952 3938

Site: instituicaomga.com

- Adquirir utensílios diversos para cozinha (jarras, recipientes plásticos para armazenamento de sobra de alimentos,)
- Adquirir relógios digitais para as salas de atividades – total de 12 unidades;
- Atualizar plotagem das placas externas de divulgação das atividades e oficinas realizadas na instituição e instaladas no estacionamento (parte superior)
- Concerto de nobreaks e datashow;
- Complementar as longarinas do anfiteatro e
- Pintar as salas de atividades e demais salas do espaço institucional internamente.

9. Recursos materiais necessários

Investimento

Descrição	Finalidade:	<u>Valor Estimado</u>
03 monitores para computadores 03 mesas para computadores	Complementar as CPUs existentes na sala de leitura	
10 longarinas com 5 lugares em cada uma delas	Complementar os assentos do espaço do anfiteatro	
02 ar condicionado split 30mil BTU	Complementar os equipamentos existentes no anfiteatro	
Dvr central de monitoramento de câmeras com 16 canais	Ampliação das câmeras de segurança	
Pintura interna de todas as salas existentes	Vide planilha	R\$ 50.230,55



MARIA GIANNI DE ANDRADE

INSTITUIÇÃO MARIA GIANNI DE ANDRADE

Fundada em 14 de novembro de 2.000
Av Nelson Marcelino da Silva, 895 – Jardim São Gabriel
Pitangueiras SP - CEP 14.750-000
CNPJ/MF. 04.165.305/0001-04
Lei de Utilidade Pública Municipal nº 2.064 de 06/12/2000
Tel/Fax : (16) 3952 3938
Site: instituicaomga.com

TOTAL R\$ 80.067,78	
Custeio	
Dry hall para fechamento de parede no anfiteatro	Fechamento parcial da parede para qualidade da projeção de imagens
06 fones de ouvido Headset	Instalação nos pcs da sala de leitura
05 bolas de voley 01 bolas de Basquete 01 bolas de campo 02 bolas sensoriais (cegobol com guizo) 8 raquete para ping pong 21 raquetes para beach tennis 15 bolinhas de beach tennis	Substituição ou complementação do material para atividades esportivas
20 unidades de jogos uno 10 unidades de dominó 10 unidades de dama	Atividades recreativas/ lúdicas comuns



MARIA GIANNI DE ANDRADE

INSTITUIÇÃO MARIA GIANNI DE ANDRADE

Fundada em 14 de novembro de 2.000
 Av Nelson Marcelino da Silva, 895 – Jardim São Gabriel
 Pitangueiras SP - CEP 14.750-000
 CNPJ/MF. 04.165.305/0001-04
 Lei de Utilidade Pública Municipal nº 2.064 de 06/12/2000
 Tel/Fax : (16) 3952 3938
Site: instituicaomga.com

06 placas de divulgação da Fachada institucional	Atualização de plotagem das placas de divulgação das atividades
60 caixas organizadoras com 20 divisórias Medidas: 345x27cm	Organização dos kits de Robótica existentes
12 relógios digitais de parede de energia e pilha	Instalação em todos os ambientes (salas de atividades)
Conserto: 05 nobreak 03 datashow	Equipamentos existentes e passíveis de conserto por tempo de uso
TOTAL R\$ 13.880,00	
Total Final - repasse	R\$ 93.947,78

10. Recursos Humanos:

Profissional	Carga horaria	QTD	Quantidade
Analista Contábil	44 horas semanais	01	Ensino Superior/contabilidade
Assistente Social	30 horas semanais	01	Ensino Superior/Serviço Social e Recursos Humanos
Auxiliar de Escritório	44 horas semanais	01	Ensino Superior/ contabilidade
Coordenador de Projetos Sociais	40 horas semanais	01	Ensino Superior/Serviço Social e Pós em gestão de Projetos Sociais e RH
Cozinheira	44 horas semanais	02	Ensino Fundamental
Instrutor educacional	44 horas semanais	01	Ensino Superior/Pedagogia
Nutricionista	27 horas semanais	01	Ensino Superior/Nutrição
Agente de Ação Social	44 horas semanais	01	Ensino Superior/Engenharia química e cursando licenciatura em matemática
Orientadora educacional	25 horas semanais	02	Ensino Superior/pedagogia Ensino Superior/pedagogia
Psicóloga	24 horas semanais	01	Ensino Superior/Psicologia
Serviços Gerais	44 horas semanais	02	Ensino Fund incompleto Cursando Ensino Superior em pedagogia (1)
Sócio educador (Educador físico)	27 horas semanais	01	Ensino Superior/ Educação Física

Os profissionais contratados possuem perfil e habilidades prévias para conduzir as atividades. A



MARIA GIANNI DE ANDRADE

INSTITUIÇÃO MARIA GIANNI DE ANDRADE

Fundada em 14 de novembro de 2.000
Av Nelson Marcelino da Silva, 895 – Jardim São Gabriel
Pitangueiras SP - CEP 14.750-000
CNPJ/MF. 04.165.305/0001-04
Lei de Utilidade Pública Municipal nº 2.064 de 06/12/2000
Tel/Fax : (16) 3952 3938
Site: instituicaomga.com

qualificação da equipe é permanentemente reciclada mediante encontros motivacionais, capacitações e atendimento individualizado.

11. Execução da Proposta:

Foi feito cotação prévia e no momento da compra de fato, quando verificado nas 3 cotações que houve alteração de valor de algum item, este será comunicado aos responsáveis para um possível ajuste neste Plano, ou até mesmo, coberto com recursos próprios da Entidade demonstrado por documentos nas prestações e contas.

Contudo, o referido plano de trabalho é compatível com o planejamento regular da instituição que busca inovar e renovar assim como adequar, na medida e momento certos, os ideais recursos materiais preservando o compromisso com a missão, a visão e os valores institucionais.

Missão

Promover inclusão social por meio de ações e atividades socioeducativas, formar, orientar e mediar o acesso ao mundo do trabalho.

Visão

Ser uma instituição do terceiro setor reconhecida por sua liderança, excelência, inovação e impacto social por meio de ações e atividades de proteção e inclusão social.

Valores

Ética, excelência, transparência e responsabilidade social.

Sandra Carolina Romero de Andrade
Presidente
Instituição Maria Gianni de Andrade

Thais Helena Favareto Caldeira
Coordenadora do Projeto Social
Cress 33.943

Pitangueiras, 11 de Novembro de 2024.



Município de Pitangueiras

Rua Dr. Euclides Zanini Caldas, 66 - Centro
CNPJ: 45.370.707/0001-28 – Fone/Fax: (16) 3952-9121
CEP: 14.750-000 – Pitangueiras – Estado de São Paulo

TERMO DE COLABORAÇÃO

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 016/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E A INSTITUIÇÃO MARIA GIANNI DE ANDRADE, PARA REPASSE DE RECURSOS MUNICIPAIS

Contrato nº 184/2024

O **MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS**, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social, inscrito no CNPJ sob nº 45.370.707/0001-28, com sede na Rua Dr. Euclides Zanini Caldas, nº 66, centro, na cidade de Pitangueiras/SP, doravante denominado pela Secretaria Municipal de Assistência Social em exercício, a **Sra. ANA MARIA PEDRO SORIANO**, conforme **Decreto Municipal nº 4.481/2021**, e a **INSTITUIÇÃO MARIA GIANNI DE ANDRADE**, inscrita no CNPJ sob nº 04.165.305/0001-04, com endereço na Avenida Nelson Marcelino da Silva, Jardim São Gabriel, nesta cidade de Pitangueiras/SP, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, representada pela Presidente Sandra Carolina Romero de Andrade, brasileira, portadora do RG nº 7.627.788-4/SSP-SP, e do CPF nº 214.884.378-82, resolvem celebrar o presente **TERMO DE COLABORAÇÃO**, regendo-se pelo disposto na Lei Municipal nº 3.646/2018; na Lei nº 13.019/2014; e no Decreto Municipal nº 3.871/2017, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PRAZO

1.1 - O presente termo de colaboração, decorrente de inexigibilidade de chamamento público, tem por objeto o custeio e investimento para reforma e ampliação da sede da instituição, conforme detalhado no Plano de Trabalho que integra o Processo nº 100383/2024.

1.2 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela Lei Municipal nº 4.124/2022 e pela Lei nº 13.019/2014.

1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:



Município de Pitangueiras

Rua Dr. Euclides Zanini Caldas, 66 - Centro
CNPJ: 45.370.707/0001-28 – Fone/Fax: (16) 3952-9121
CEP: 14.750-000 – Pitangueiras – Estado de São Paulo

I - delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;

II - prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

a) fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, com as exigências do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

b) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

d) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de colaboração ou termo de fomento;

e) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;

f) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;

g) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;



Município de Pitangueiras

Rua Dr. Euclides Zanini Caldas, 66 - Centro
CNPJ: 45.370.707/0001-28 – Fone/Fax: (16) 3952-9121
CEP: 14.750-000 – Pitangueiras – Estado de São Paulo

h) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

i) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

II – DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

a) manter escrituração contábil regular;

b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste termo de colaboração;

c) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;

d) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;

e) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019/2014, bem como aos locais de execução do objeto;

f) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

g) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração ou de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

h) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste termo de colaboração, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.



Município de Pitangueiras

Rua Dr. Euclides Zanini Caldas, 66 - Centro
CNPJ: 45.370.707/0001-28 – Fone/Fax: (16) 3952-9121
CEP: 14.750-000 – Pitangueiras – Estado de São Paulo

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Colaboração é de **R\$ 93.947,78** (noventa e três mil novecentos e quarenta e sete reais e setenta e oito centavos), Custeio no valor de R\$ 13.880,00 (treze mil oitocentos e oitenta reais) e Investimento no valor de R\$ 80.067,78 (oitenta mil sessenta e sete reais e setenta e oito centavos), obedecido ao cronograma de repasse do de recurso próprio.

3.2 – A despesa para a execução do presente termo de colaboração correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

02.00.00 – EXECUTIVO

02.11.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

02.11.01 – RECURSOS SUPERVISIONADOS PELO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Classificação Funcional 08.244.0005.1.055 Repasse a entidades da sociedade civil

Natureza da Despesa 4.4.50.39.00

Dotação 296

Dotação 277

Vínculo 08.500.0216 emenda impositiva 2023 nº 1 e 3 Maria Gianni

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso e mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento, a seguir identificada:

Banco do Brasil S/A

Agência: 2461-9 – Pitangueiras/SP

Conta nº 21.290-3 - 23.551-2

4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste termo de colaboração/fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.



Município de Pitangueiras

Rua Dr. Euclides Zanini Caldas, 66 - Centro
CNPJ: 45.370.707/0001-28 – Fone/Fax: (16) 3952-9121
CEP: 14.750-000 – Pitangueiras – Estado de São Paulo

4.3 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do termo de colaboração/termo de fomento ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.4 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de colaboração ou de fomento;

III - quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.5 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL no prazo improrrogável de 30 (trinta dias), sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1 - O presente termo de colaboração/termo de fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:

I - realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;



Município de Pitangueiras

Rua Dr. Euclides Zanini Caldas, 66 - Centro
CNPJ: 45.370.707/0001-28 – Fone/Fax: (16) 3952-9121
CEP: 14.750-000 – Pitangueiras – Estado de São Paulo

II - finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III - realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV - realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V - realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

VI - repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas na Lei Complementar nº 3.540/2017 e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6.1 - O presente termo de colaboração somente produzirá efeitos jurídicos após a publicação dos respectivos extratos no meio oficial de publicidade da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, com vigência de 12 meses, ou seja, com seu término em 12/12/2025.

6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente termo de colaboração.

6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente termo de colaboração, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

6.4 - Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do termo de colaboração ou da última dilação de prazo,



Município de Pitangueiras

Rua Dr. Euclides Zanini Caldas, 66 - Centro
CNPJ: 45.370.707/0001-28 – Fone/Fax: (16) 3952-9121
CEP: 14.750-000 – Pitangueiras – Estado de São Paulo

sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 - O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei nº 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração ou de fomento;

V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.2 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - retomar os bens públicos em poder da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

A *lee*



Município de Pitangueiras

Rua Dr. Euclides Zanini Caldas, 66 - Centro
CNPJ: 45.370.707/0001-28 – Fone/Fax: (16) 3952-9121
CEP: 14.750-000 – Pitangueiras – Estado de São Paulo

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I - extrato da conta bancária específica;

II - notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e número do instrumento da parceria;

III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

IV - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

V - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e

VI - lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

§ 1º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2º A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

8.2 - A prestação de contas relativa à execução do termo de colaboração ou de fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;



Município de Pitangueiras

Rua Dr. Euclides Zanini Caldas, 66 - Centro
CNPJ: 45.370.707/0001-28 – Fone/Fax: (16) 3952-9121
CEP: 14.750-000 – Pitangueiras – Estado de São Paulo

II - relatório de execução financeira do termo de colaboração ou do termo de fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.3 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I - relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de colaboração ou de fomento.

8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019/2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I - os resultados já alcançados e seus benefícios;

II - os impactos econômicos ou sociais;

III - o grau de satisfação do público-alvo;

IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL observará os prazos previstos na Lei nº 13.019/2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I - aprovação da prestação de contas;

II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.



Município de Pitangueiras

Rua Dr. Euclides Zanini Caldas, 66 - Centro
CNPJ: 45.370.707/0001-28 – Fone/Fax: (16) 3952-9121
CEP: 14.750-000 – Pitangueiras – Estado de São Paulo

§ 1º. O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º. Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.7 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do *caput* sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II - nos casos em que não for constatado dolo da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;



Município de Pitangueiras

Rua Dr. Euclides Zanini Caldas, 66 - Centro
CNPJ: 45.370.707/0001-28 – Fone/Fax: (16) 3952-9121
CEP: 14.750-000 – Pitangueiras – Estado de São Paulo

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de colaboração ou de fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

8.11 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

9.1 - A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste termo de colaboração com alteração da natureza do objeto.

9.3 - As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

9.4 - É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do termo de colaboração.



Município de Pitangueiras

Rua Dr. Euclides Zanini Caldas, 66 - Centro
CNPJ: 45.370.707/0001-28 – Fone/Fax: (16) 3952-9121
CEP: 14.750-000 – Pitangueiras – Estado de São Paulo

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019/2014, e da legislação específica, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL parceira as seguintes sanções:

I - advertência;

II- suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva do Prefeito Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

10.3 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS BENS REMANESCENTES

11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.



Município de Pitangueiras

Rua Dr. Euclides Zanini Caldas, 66 - Centro
CNPJ: 45.370.707/0001-28 – Fone/Fax: (16) 3952-9121
CEP: 14.750-000 – Pitangueiras – Estado de São Paulo

11.2 - Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste termo de colaboração.

11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

11.4 - Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL que se proponha a fim igual ou semelhante ao da organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado.

11.5 - Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste termo de colaboração, sob pena de reversão em favor da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

12.1 - O presente termo de colaboração poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e

d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.



Município de Pitangueiras

Rua Dr. Euclides Zanini Caldas, 66 - Centro
CNPJ: 45.370.707/0001-28 – Fone/Fax: (16) 3952-9121
CEP: 14.750-000 – Pitangueiras – Estado de São Paulo

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE

13.1 - A eficácia do presente termo de colaboração/termo de fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no meio oficial de publicidade da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, a qual deverá ser providenciada pela administração no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO GESTOR

14.1 - Atuará como gestor da parceria, nos termos do art. 21, VI, da Lei nº 13.019/2014, e art. 21, IV, do Decreto Municipal nº 3.871/2017.

BRENO LUIZ PEREIRA
ASSESSOR DE GABINETE
CPF Nº 447.058.448-74
GESTOR

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

15.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - as comunicações relativas a este termo de colaboração/termo de fomento serão remetidas por correspondência ou meio eletrônico e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II - as mensagens e documentos, resultantes da transmissão por meio eletrônico, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias; e

III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste termo de colaboração, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 - Em casos omissos pela atual legislação, fica determinada a prévia tentativa de solução por via administrativa, com a obrigatória participação da Procuradoria Geral do Município.

16.2 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de colaboração, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro

A



Município de Pitangueiras

Rua Dr. Euclides Zanini Caldas, 66 - Centro
CNPJ: 45.370.707/0001-28 – Fone/Fax: (16) 3952-9121
CEP: 14.750-000 – Pitangueiras – Estado de São Paulo

da Comarca de Pitangueiras/SP, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

16.3– E por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.


Pitangueiras, 13 de dezembro de 2024



ANA MARIA PEDRO SORIANO
Secretaria Municipal de Assistência Social



SANDRA CAROLINA ROMERO DE ANDRADE
Presidente da organização da sociedade civil



BRENO LUIZ PEREIRA
Gestor



Município de Pitangueiras

Rua Dr. Euclides Zanini Caldas, 66 - Centro
CNPJ: 45.370.707/0001-28 – Fone/Fax: (16) 3952-9121
CEP: 14.750-000 – Pitangueiras – Estado de São Paulo

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO RP-12 -REPASSES AO TERCEIRO SETOR -TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO -TERMO DE COLABORAÇÃO/FOMENTO

ÓRGÃO/ENTIDADE PÚBLICO(A): MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARCEIRA:

INSTITUIÇÃO MARIA GIANNI DE ANDRADE, PARA REPASSE DE RECURSOS MUNICIPAIS

TERMO DE COLABORAÇÃO/FOMENTO Nº (DE ORIGEM): 016/2024

OBJETO: O presente termo de colaboração, decorrente de inexigibilidade de chamamento público, tem por objeto o custeio e investimento para reforma e ampliação da sede da instituição, conforme detalhado no Plano de Trabalho que integra o Processo nº 100383/2024. Pelo presente **TERMO**, nós, abaixo identificados:

1. Estamos **CIENTES** de que:

- a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraído cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço –residencial ou eletrônico –ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damos-nos por **NOTIFICADOS** para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

A *jeu*



Município de Pitangueiras

Rua Dr. Euclides Zanini Caldas, 66 - Centro
CNPJ: 45.370.707/0001-28 – Fone/Fax: (16) 3952-9121
CEP: 14.750-000 – Pitangueiras – Estado de São Paulo

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: Ana Maria Pedro Soriano

Cargo: Secretaria Municipal de Assistência Social

CPF: 081.606.958-10 RG: 17.279.633-7

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: Ana Maria Pedro Soriano

Cargo: Secretaria Municipal de Assistência Social

CPF: 081.606.958-10 RG: 17.279.633-7

Assinatura:

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: Ana Maria Pedro Soriano

Cargo: Secretaria Municipal de Assistência Social

CPF: 081.606.958-10 RG: 17.279.633-7

Assinatura:

Pela contratada:

Nome: Sandra Carolina Romero de Andrade

Cargo: presidente

CPF: 214.884.378-82

Assinatura:

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: Ana Maria Pedro Soriano

Cargo: Secretaria Municipal de Assistência Social

CPF: 081.606.958-10 RG: 17.279.633-7

Assinatura:

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: Breno Luiz Pereira

Cargo: Assessor de gabinete

CPF Nº 447.058.448-74

Assinatura:



Município de Pitangueiras

Rua Dr. Euclides Zanini Caldas, 66 - Centro
CNPJ: 45.370.707/0001-28 – Fone/Fax: (16) 3952-9121
CEP: 14.750-000 – Pitangueiras – Estado de São Paulo

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Emissão de Notas de Reserva/Disponibilidade Orçamentária

Nome: Daniela Cristina Rapanello

Cargo: Contadora Municipal

CPF: 220.518.028-23

Assinatura:

Emissão de parecer jurídico sobre as minutas do Contrato

Nome: Erika Pedrosa Padilha Silvério

Cargo: Procuradora Geral

CPF: 219.492.518-02

Assinatura: